

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.810.835 - DF (2019/0115908-4)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**EMBARGANTE : FUNDAÇÃO CESGRANRIO**  
**ADVOGADOS : MARIA RITA DE CASSIA FIGUEIREDO PINTO E OUTRO(S) -**  
**DF006717**  
**SPENCER DALTRO DE MIRANDA FILHO - DF017615**  
**EMBARGADO : OS MESMOS**  
**INTERES. : DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADOR : EDVALDO NILO DE ALMEIDA E OUTRO(S) - DF029502**

### **DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra decisão monocrática (fls. 1.558-1.571, e-STJ) que não conheceu do Recurso Especial interposto pela parte ora embargante, sob o fundamento de que incide o entendimento das Súmulas 283/STF e 7/STJ.

A parte embargante requer, em síntese (fl. 1.588, e-STJ):

Em face de todo o exposto, a Fundação Cesgranrio pede e espera sejam conhecidos e providos os presentes embargos de declaração para suprir as omissões apontadas. E, especificamente em relação à afirmação da r. Decisão ora embargada de não ter sido combatido o fundamento de "[...] ser inviável autorizar o levantamento de valores em favor da recorrente que não lhe pertencem [...]", suprida a omissão apontada, Vossa Excelência constatará ter sido tal fundamento hostilizado no recurso especial, às e-STJ Fls. 1443/1446 e Fls. 1453/1456, pois o § 2º do artigo 32 da Lei nº 6.830/80 autoriza a entrega do numerário à parte depositante vencedora na lide, independentemente de ser a pessoa jurídica de direito público credora do imposto.

**É o relatório.**

#### **Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 21.10.2019.

Os Embargos de Declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, os pressupostos legais de cabimento.

Assim, verifico que o inconformismo da parte embargante busca emprestar efeitos infringentes, manifestando nítida pretensão de rediscutir o mérito do julgado, o que é incabível nesta via recursal.

Com efeito, os vícios elencados nas razões recursais referem-se ao resultado do julgamento. Buscam impugnar a conclusão adotada na decisão embargada.

Vale destacar que o simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida.

Nesse sentido:

(...) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA.

(...)

**VI - O simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, que servem ao aprimoramento, mas não à sua modificação, que, só muito excepcionalmente, é admitida.**

Embargos declaratórios rejeitados.

(EDcl no AgRg na CR 9.832/EX, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, CORTE ESPECIAL, DJe 30/08/2016, grifei).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (...) AUSÊNCIA DE OMISSÃO (...) VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS. EMBARGOS PROCRASTINATÓRIOS. CABIMENTO DA MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO NOVO CPC. EMBARGOS REJEITADOS.

**1. A jurisprudência deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que o mero descontentamento da parte com o resultado do julgamento não configura violação do art. 1.022 do CPC/2015 e que os embargos declaratórios não se prestam à rediscussão de matéria devidamente analisada.**

(...)

5. A embargante reitera argumentos já apreciados, postergando a solução definitiva da controvérsia. Essa conduta é motivo para a aplicação da multa do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, por terem estes embargos nítido intuito procrastinatório.

6. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa.

(EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 1031107/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 01/06/2018, grifei).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PRETENSÃO DA PARTE EM

OBTER EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. *É inadmissível a interposição de embargos declaratórios para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide. Precedentes.*

2. *O simples descontentamento com o decisum, a despeito de legítimo, não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida.*

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt nos EDcl no AgRg no AREsp 738.681/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 12/11/2018).

Diante do exposto, **rejeito os Embargos de Declaração, com a advertência de que a reiteração será considerada expediente protelatório sujeito a multa.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator